

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO, EDUCAÇÃO  
E INCLUSÃO ESCOLAR – UAB/UnB**

**ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E O USO DAS  
TECNOLOGIAS ASSISTIVAS NA CONCEPÇÃO PEDAGÓGICA DOS  
PROFESSORES**

**EDIVÂNIA RODRIGUES SILVA**

**ORIENTADORA: Dra. Fatima Ali Abdalah Abdel Cader Nascimento**

**BRASÍLIA/2011**

**EDIVÂNIA RODRIGUES SILVA**

**ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E O USO DAS  
TECNOLOGIAS ASSISTIVAS NA CONCEPÇÃO PEDAGÓGICA DOS  
PROFESSORES**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em  
Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão, da  
UAB/UNB - Pólo de Santa Maria. Orientadora: Professora Dra.  
Fatima Ali Abdalah Abdel Cader Nascimento

BRASÍLIA/2011

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

EDIVÂNIA RODRIGUES SILVA

### **ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E O USO DAS TECNOLOGIAS ASSISTIVAS NA CONCEPÇÃO PEDAGÓGICA DOS PROFESSORES**

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UAB/UnB. Apresentação ocorrida em 30/04/2011.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

---

Dra. FATIMA ALI ABDALAH ABDEL CADER NASCIMENTO (Orientadora)

---

Ms. PATRICIA C. CAMPOS RAMOS (Examinadora)

---

EDIVÂNIA RODRIGUES SILVA (Cursista)

BRASÍLIA/2011

## DEDICATÓRIA

Dedico primeiramente a Deus pelo Dom da Vida, e que nos dar saúde e força para transpor os obstáculos e por ter nos concedido, através de sua bondade infinita, o potencial de concretizar mais uma conquista na vida.

Em especial a minha mãe Tereza, pela força dada nestes anos e principalmente pela confiança em meu sucesso, às minhas irmãs e sobrinhos (Giovane, Guilherme e Cecília).

Aos amigos (a) que me acompanharam nesta jornada longa e árdua que me auxiliaram na conquista dos meus sonhos.

## AGRADECIMENTOS

*À Deus.... Pai atencioso e amigo fiel, sempre esteve presente em todos os momentos. Que me ilumine com sua glória e poder, a fim de que eu saiba colocar meus conhecimentos a serviço de seus filhos e nossos irmãos. Só assim estarei dignificando sua criação, e a nós próprios como criaturas.*

*A Doutora Diva Albuquerque.*

*A Orientadora e Professora Dra. Fátima Ali Abdalah Abdel Cader Nascimento, pelos seus conhecimentos e auxílio que nos fez crescer tanto em minha vida acadêmica quanto no profissional e pela sua paciência.*

*Agradeço aos professores desta instituição pelo seu papel de facilitador e propiciador de nossos conhecimentos. Em Especial a Professora Ms. Eliete Floriano por aceitar participar da banca.*

*A todos envolvidos neste trabalho, contribuindo para a formulação e conclusão.*

*Em especial a Silvia, Robson e Clênia pela nossa amizade que seja eterna.*

*Em memória Lettícia Alves Miranda.*

## RESUMO

O presente trabalho teve por objetivo conhecer a percepção dos profissionais da Educação sobre o Atendimento Educacional Especializado para alunos com deficiência intelectual. Esse trabalho foi desenvolvido em uma Escola Inclusiva na Rede Regular de Ensino Público do DF. Participaram desse estudo nove professores regentes de diversas disciplinas e duas professora da sala de recursos. Para a coleta de dados utilizou como instrumentos de pesquisa questionário com questões objetivas e subjetivas. Os dados mostram que os professores regentes não conhecem o AEE para o DI e não estão preparados para atuar com alunos com Deficiência Intelectual e os professores da sala de recursos não têm apoio do corpo docente e não estão preparados para atuar nesse ambiente. Portanto, as informações permitem concluir que deve haver mais interação dos professores para melhoria da educação destes alunos e necessitam cursos de aperfeiçoamento.

Palavras Chaves: Atendimento Educacional Especializado, Deficiência Intelectual e Sala de Recursos Multifuncional.

## SUMÁRIO

DEDICATÓRIA.....	i
AGRADECIMENTOS .....	ii
RESUMO.....	iii
SUMÁRIO.....	i
APRESENTAÇÃO.....	1
I-FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	4
1 EDUCAÇÃO ESPECIAL .....	4
1.1 Aspectos Históricos Da Educação Especial .....	4
1.2 Deficiência Intelectual .....	9
1.3 Atendimento Educacional Especializado .....	12
1.3 Tecnologias Assistivas Para O Deficiente Intelectual .....	16
II OBJETIVOS .....	19
2 Objetivo Geral.....	19
2.1 Objetivos Específicos.....	19
III METODOLOGIA.....	20
3.1 Fundamentação Teórica da Metodologia.....	20
3.2 Contexto da Pesquisa .....	21
3.3 Participantes .....	21
3.4 Materiais .....	25
3.5 Instrumentos de Construção de Dados.....	25
3.6 Procedimentos de Construção de Dados.....	25
3.7 Procedimentos de Análise de Dados .....	27
IV RESULTADOS E DISCUSSÃO .....	28
V-CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	32
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	33
APÊNDICES.....	35

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Características dos Professores Regentes .....	22
Quadro 2 - Características dos Participantes Professores da Sala de Recursos.....	24

## **APRESENTAÇÃO**

A Educação Brasileira na perspectiva de Educação Inclusiva para os Alunos com Necessidades Educacionais Especiais (ANEE) avançou significativamente no que tange a inclusão. A democratização da sociedade, avançou através dos movimentos sociais, os Direitos Humanos (DH), emergiu nos espaços sociais menos excludentes criou alternativas para o convívio social e à aceitação da diversidade.

A História voltada da Educação Especial evolui nos direitos e garantias para o ANEE. Na Legislação Brasileira, o direito é definido na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Normas Infra-Legais e como o funcionamento do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Todos possuem, em comum, o direito à acessibilidade.

Na perspectiva da Inclusão o Ministério da Educação (MEC), juntamente com a Secretaria de Educação Especial, apresenta atualmente uma política que acompanha os avanços do conhecimento e das lutas sociais, com o objetivo de constituir políticas para uma educação de qualidade, com igualdade e sem discriminações. As Escolas Inclusivas foram criadas para favorecer o convívio entre os homens, no entanto, esse convívio inicialmente não foi possível criando territórios que hierarquizam os cidadãos. Os ANEEs e os que apresentam Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD) são identificados como “revolucionários sociais”, formando assim um conjunto de igualdade e defendem seu lugar sem a exclusão, como defende Foucault (1995) apud RECHIO 2008).

A inclusão para alguns educadores é vista como tabu, devido à falta de preparação para receber esses alunos na Rede Regular de Ensino. As políticas governamentais nem sempre subsidiam cursos de formação e quando há oferta, o acesso é limitado. As escolas demonstram não estão preparadas para receber as pessoas com deficiências, é a falta de acessibilidade, materiais adaptados e apropriados para cada tipo de necessidade educacional.

O AEE é direcionado para os alunos com Necessidades Educacionais, os com Transtornos com Desenvolvimento Global e Altas Habilidades esse atendimento, é realizado nas salas de recursos multifuncionais em turno contrário do que o aluno frequenta nas classes comuns. Esse atendimento permite que o professor reveja sua prática a luz de novas referências pedagógicas para que esse atendimento aconteça com efetividade.

A Legislação prevê que o ANEE tem uma incapacidade ou limitação de realizar tarefas e ações. A deficiência intelectual, por sua vez compreende a pessoa com funcionamento intelectual abaixo da média, oriundo do período de desenvolvimento ou capacidade em responder adequadamente as demandas sociais.

A Secretaria de Educação do Distrito Federal prevê a diferenciação curricular: o currículo adaptado e o funcional. O currículo adaptado consiste no trabalho do professor que adapta o currículo a necessidade do aluno, visando à aprendizagem, sendo que esses alunos têm perspectivas acadêmicas singulares. O currículo funcional é de acordo com a funcionalidade do aluno ou que ele poderá alcançar não focando a patologia, mas sim as potencialidades do aluno, o trabalho visa as AVAS (Atividade da Vida Autônoma). Destaca-se que essa diferenciação de currículo é utilizada como estratégia de matrícula nas escolas onde se tem alunos incluídos, integrados ou permanecerão na Escola Especial.

Neste contexto o presente trabalho teve por objetivo conhecer o a concepção pedagógica do Atendimento Educacional Especializado dos profissionais da educação como os professores regentes e da sala de recursos frente aos alunos com Deficiência Intelectual e bem como conhecer as tecnologias assistivas disponíveis para trabalharem com os DIs.

A pesquisa foi realizada em uma Instituição de Ensino Médio em uma Escola Publica da Secretaria de Educação do Distrito Federal. Participaram deste estudo professores regentes do Ensino Médio e professores da Sala de Recursos Multifuncionais. Através do tema que foi realizado o trabalho teórico e a pesquisa de campo, com o objetivo do conhecimento do atendimento educacional especializado para os deficientes intelectuais e o conhecimento dos participantes.

Diante desse quadro teórico e considerando a experiência da pesquisadora no Ensino Especial, como professora de Educação Física para alunos com deficiência física, intelectual, sensorial e múltiplas, bem como sua formação na área do magistério e como especialização em ensino especial, foram fatores determinantes da opção por esse tema. Portanto considerando a trajetória profissional e acadêmica buscou-se aprimorar nesse campo tão instigante do conhecimento científico, aliando a teoria a prática.

Seguindo esse raciocínio o presente estudo foi organizado em duas partes, primeira refere-se à fundamentação teórica composta de capítulos específicos, nos quais são discutidos: Os aspectos Históricos da Educação Especial, O Atendimento Educacional Especializado e Deficiência Intelectual. A segunda parte compõe-se do método, no qual apresentamos a opção metodológica, o contexto da pesquisa, os participantes, os instrumentos e procedimentos adotados na coleta e análise dos dados. Para finalizar apresentamos análise e a discussão dos dados e por fim, nossas considerações finais.

# **I-FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

## **1 EDUCAÇÃO ESPECIAL**

### **1.1 Aspectos Históricos Da Educação Especial**

A História das Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais caracteriza-se pela segregação acompanhada pela exclusão, em diferentes momentos históricos, políticas públicas e as práticas educacionais reforçavam e reprodutoras da ordem social. Com o decorrer da História da Humanidade a concepção de deficiência modificou e diversificou a forma de pensar e as conseqüências que a exclusão causaria na vida dos deficientes, a democratização evidenciou o paradoxo inclusão/exclusão.

A Educação Especial organizou-se tradicionalmente como atendimento educacional especializado substitutivo ao comum, levando a criação de instituições especializadas, escolas especiais e classes especiais, evidenciando diferentes compreensões, modalidades e terminologias. Essa organização determinou varias formas de atendimento, fundamentada no conceito de normalidade/anormalidade, determinou formas de atendimento clínico-terapêutico ancorados por testes psicrométricos feitos por diagnósticos, definem a prática escolar para os alunos.

Na Antiguidade praticamente não dispõe de dados históricos da relação entre sociedade e deficiência, na Roma e Grécia a economia basicamente advinha das atividades agrícolas, pecuária e artesanato. A organização sociopolítica se fundamentava no poder absoluto de uma minoria, associada a uma exclusão dos demais nas instâncias administrativas e decisórias da vida em sociedade, a mesma dividida em dois grupamentos: nobreza e a população. Nesse processo histórico a pessoa diferente, com limitações funcionais e necessidades diferenciadas (surdos, cegos, deficientes mentais, deficientes físicos, órfãos, doentes idosos, dentre outros), praticamente excluídas pelo abandono, esse fato não representava problema ético ou moral para a sociedade vigente. A própria Bíblia traz inúmeras referências ao deficiente no papel de pedintes ou rejeitados pela sociedade, pensava que eram amaldiçoados. Para Kanner (1964, p. 5) “a única ocupação para

os retardados mentais é o bobo ou palhaço, para a diversão dos senhores e de seus hóspedes”.

Para Aranha (2005, p.8), *na Idade Média houve uma mudança significativa na organização político-administrativa, o fortalecimento da Igreja Católica avançou no campo político, o clero, os membros da Igreja assumiram papéis no poder social, político e econômico, esses detinham o poder de excomungar e impedir a entrada no céu. As pessoas defeituosas, doentes e/ou mentalmente em função de serem criaturas de Deus não podiam ser exterminadas, eram ignorados à sorte, sobrevivência e caridade humana, alguns continuavam a ser explorados como fonte de diversão, considerados bobos da corte e outros tipos de trabalhos.*

Posteriormente para explicar os defeitos que o homem nascia, a concepção de deficiência era metafísica e demoníaca. Segundo Pessoti (1984, p.5-6) “... *expirados de culpas alheias, ou um aplacador da cólera divina a receber, em lugar da aldeia, a vingança celeste, com um pára-raios...*” Após o período anteriormente discutido inúmeras mudanças ocorreram desde a estrutura social até filosóficas, uma das grandes vitórias da sociedade: a Revolução Burguesa entrou e derrubou a Monarquia e destruiu a hegemonia religiosa, implantando uma nova forma de produção: o capitalismo. Com essa Revolução surgiram novas idéias e algumas explicações da deficiência, tratando com alquimia, magia e astrologia e posteriormente a inserção da medicina no século XVII.

A Medicina começou surgir no século XVII, fortalecendo a tese que as deficiências causadas pela organicidade (as deficiências são causadas por fatores naturais e não por fatores espirituais, transcendentais), compreendendo a deficiência como processo natural, essa tese favoreceu o tratamento médico e a estimulação no campo educacional, pois para John Locke o homem considerado uma tabula rasa, com as experiências a mente seria preenchida.

A História da Educação Brasileira traz poucas menções ao PNEE, aparecendo, mas não como tema central, iniciando no Brasil Império e criando instituições próprias. De acordo com Silva (1987),

Da mesma forma que na Europa, também no Brasil a pessoa com deficiente foi considerada por vários séculos dentro da categoria mais

ampla dos miseráveis, talvez o mais pobre dos pobres... Os mais afortunados que havia nascidos em berço de outro ou pelo menos remediado, certamente passaram o resto de seus dias atrás dos portões e das cercas vivas das suas grandes mansões, ou então, escondidos, voluntaria ou involuntariamente, nas casas de campo ou nas fazendas de suas famílias. Essas pessoas deficientes menos pobres acabaram não significando nada em termos de vida social ou na política do Brasil, permanecendo como um peso para suas respectivas famílias. (SILVA, 1987, P. 273).

Os pobres ficavam a mercê dos imprevistos, curandeiros, cirurgiões (barbeiros) e entre outros que se prontificavam a ajudar. Após a chegada dos Portugueses no Brasil, os índios raramente apresentavam deformações e aleijões e para eles eram reconhecidos como origem traumática. Muitos Africanos foram trazidos para o Brasil para serem escravizados e devido aos maus tratos, castigos vitimam de raquitismo, beribéri, das síndromes mais sérias detonadoras de carências alimentares levaram a adquirir alguma incapacidade. Outra que se destacou a amputação, lepra e moléstia essas duas últimas registradas como preocupação do século XVIII. A atenção aos PNEE iniciou no século XVII idéias importada da Europa com a construção de internatos, visava inserir este no ambiente próprio para eles.

O atual Instituto Benjamim Constant, anteriormente conhecido como Imperial Instituto dos Meninos Cegos, foi criado no Rio de Janeiro pelo Imperador D. Pedro II, com o Decreto Imperial nº 1.428, de 12/09/1885. O segundo Instituto para os Surdos Mudos instalado em 1857 nomeado de Instituto Nacional de Educação para os Surdos (I.N.E.S), estes foram criados por intercessão de amigos ou famílias do Imperador que atendeu aos chamados, a prática do assistencialismo permeou na época para os PNEE e a introdução da Educação. Essas Instituições foram assumindo o papel de asilo com o objetivo de recebimento das pessoas inválidas, com deficiências específicas como a surdez e visual.

Alguns profissionais foram estudar na Europa e retomaram ao Brasil após a Proclamação da República com entusiasmo com a idéia de modernizar o país no campo Educacional. As Escolas Públicas do Rio de Janeiro, em 1906 iniciaram o atendimento aos deficientes mentais, partir daí em 1911 a Saúde começou trabalhar juntamente com a Educação. Cria-se o Serviço de Higiene e Saúde Pública em São Paulo. A inspeção médico-escolar que visava à defesa da Saúde Pública auxiliada

pela Educação onde os alunos estavam na Escola e tornava acessível à consulta e tratamentos. Foi instituído em 1917 normas que selecionavam os diferentes, nesse período prevalecia a eugenia da raça o medo de degenerescências e taras quesitos determinantes na área da Saúde Coletiva.

A partir da década de 20, iniciou-se a expansão das instituições de Educação Especial, proliferação principalmente de instituições privadas de personalidade assistencialista. A rede pública atendeu inicialmente pessoas com deficiência mental, com normas e o atendimento centralizado, sendo organizado e sistematizada para que acontecessem com efetividade, as crianças com deficiência mental encaminhadas inicialmente à educadora sanitária e a escola só aceitaria os alunos que tivessem perfil que não iria atrapalhar o bom andamento da classe, os alunos com perspectivas de aprendizagem. A Educação Especial emprestada da Medicina adotou como núcleo e objetivo central a cura, reabilitação, no lugar de construção do conhecimento e conseqüentemente a busca de eficiência nos processos de ensino. A psicologia também estava oferecendo o aval da segregação dos que prejudicavam do bom andamento da escola, os 1º Anais do Congresso Nacional de Saúde Escolar, recomendaram que fossem criados classes especiais com números reduzidos de alunos para atender os alunos problemas, sendo que a deficiência mental já era um sério empecilho à redução de repetentes.

Em 1926 é fundado o Instituto Pestalozzi, instituição especializada no atendimento para as pessoas com deficiência mental. Em 1945 é criado a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) e em 1954 a Pestalozzi inicia o atendimento aos superdotados, conforme destaca os estudos Renzulli (1978) apud BRASÍLIA (2010).

Na década de 50, continuou a proliferação de entidades assistenciais privadas, aumentando o número de pessoas atendidas pela rede pública, o Sistema Público começou ofertar Serviços de Educação Especial nas Secretarias Estaduais de Educação e realizar Campanhas Nacionais de Educação de Deficientes juntamente com o Ministério da Educação e Cultura.

O termo Integração surgiu na década de 60 o Brasil concebido de centros de reabilitação atendendo todos os tipos de deficiências, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Lei nº 4.024/61, continha 120 artigos, com inúmeros artigos

vetados, os artigos 88 e 80 tratava da educação dos excepcionais explicando o compromisso do poder público com a Educação Especial, retratava que os excepcionais deveriam ser inseridos no ambiente escolar com o objetivo de integrá-los na sociedade e a iniciativa privada que trabalhasse com esse público receberia subsídios de financiamento do governo.

O Ministério da Educação e Cultura (MEC) em 1971 criou um grupo tarefa para produzir um órgão autônomo para tratar da problemática da Educação Especial, a Lei nº 5.692/71 introduziu a visão tecnicismo na Educação e o Plano Setorial da Educação e Cultura priorizou a Educação Especial no país. O CENESP (Centro Nacional de Educação Especial) criado em 1973 por meio do Decreto nº 72.425 de 03/07/1973 órgão responsável pela gerência de Educação Especial no Brasil, CENESP sob a égide da integração, com ações educacionais voltadas as pessoas com deficiência e superdotação, configuradas campanhas assistencialistas e isoladas do Estado.

O ano de 1981 foi declarado o Ano Internacional da Pessoa com Deficiência, este marco histórico motivava a sociedade que imploravam por transformações significativas na área, para estabelecer metas e objetivos para uma mudança, com o lema “participação e igualdade plena”, dando ênfase nos direitos plenos da pessoa com deficiência, ter parte no desenvolvimento das suas sociedades. Nesse período não existia uma política pública universal á educação, mas sim políticas especiais para referir a educação de alunos com deficiência.

Nos anos 90 começou iniciar uma aceitação política da proposta de Educação para Todos, produzido na Tailândia na Conferência mundial da UNESCO, ao assumir o compromisso o Brasil determinou à profunda transformação do Sistema Educacional Brasileiro, para acolher a todos sem discriminação, com qualidade e igualdade de condições. O Brasil adotou a proposta da Declaração de Salamanca em 1994 essa declaração a qual possui compromisso da construção de um sistema educacional inclusivo que permeia até os dias atuais.

Conforme Carvalho (2004), a integração é os alunos que devem-se adaptar às exigências da escola, a inclusão a escola é que deve adaptar às necessidades dos alunos.

A Constituição Federal de 1988 traz inúmeros artigos, destacando os objetivos fundamentais, promover o bem de todos, sem preconceitos: raça, cor,

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (P.C.Ns) vieram para nortear e orientar os profissionais da Educação enquanto relação professor aluno no desenvolvimento de um processo de ensino e sexo, destacando os artigos 205 aos 208. Define no artigo 205 *“a educação do direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício e a qualificação para o trabalho”*. Garante igualdade e permanência na escola e garante o atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino. O Estatuto da Criança e Adolescente, Lei nº 8.069/90, o artigo 55 reforça os dispositivos constitucionais em obrigar os pais a matricular seus filhos ou pupilos em rede regular de ensino. aprendizagem eficaz e significativo. O SEESP publicou os P.C.Ns Adaptações Curriculares em Ação objetivando fortalecer o suporte técnico-científico aos profissionais de Educação.

Atualmente a Educação Inclusiva, encontra-se em estudo, reflexão e experimentação em busca de novos modelos eficazes e eficientes da educação inclusiva para a realidade brasileira, o direito de acesso a rede pública é garantido, preferencialmente na rede regular de ensino para qualquer criança com necessidades educacionais especiais.

## 1.2 Deficiência Intelectual

A Deficiência Intelectual anteriormente denominada Deficiência Mental mudou sua nomenclatura a partir de 2002, caracterizado pela Associação Americana de Deficiência Intelectual e do Desenvolvimento – AAIDD, Deficiência Intelectual *“são limitações significativas no funcionamento intelectual da pessoa e em seu comportamento adaptativo, habilidades práticas, sociais e conceituais, originando antes dos dezoito anos de idade.”* (AAIDD-2002). Segundo Paulon, Freitas e Pinho (2005, p. 28), *“o que caracteriza a deficiência mental são basicamente, as defasagens e alterações nas estruturas mentais que possibilitam o processamento das informações...”*, a partir desta visão pode-se analisar das diferentes perspectivas que resultará no desenvolvimento de diferentes praticas.

Segundo Brasília (2010),

A deficiência intelectual refere-se, portanto, a um estado particular de funcionamento intelectual iniciado na infância, apresenta características multimendisonal e é passível de responder positivamente aos apoios individualizados oferecido as pessoas. (Brasília, 2010, p.23).

Acreditava-se que os indivíduos aprendiam de forma generalizada e única, com exceção daqueles que apresentavam transtornos de personalidades, limitações físicas, cognitivas, sensoriais e mentais, não aprendiam nada além da deficiência. Este estigma foi derrubado pelo paradigma das potencialidades e estando na interação social o individuo pode-se desenvolver normalmente, mesmo com suas limitações.

A Educação Especial partiu da gênese do modelo clínico e constituiu um saber pedagógico, nas práticas desenvolvidas visassem a reabilitação do individuo para que ele possa ser integrado à sociedade, no Brasil surgiu esse paradigma a partir da década de 70, mas esse conceito modificado não prevê a reabilitação mas sim a inclusão educacional, social e outras. Faz-se necessário conhecer a patologia para intervir pedagogicamente no atendimento educacional especializado, podendo favorecer o processo de ensino-aprendizagem tendo como base sua classificação. O Educador ele busca não diagnóstico, porém processos mentais percorridos por esses estudantes na construção da aprendizagem, nunca focando na patologia, mas nas potencialidades educacionais.

De acordo com Glat e Fernandes (2005),

Em sua progressiva afirmação prático-teórica, a Educação Especial absorveu os avanços da Pedagogia e da Psicologia da Aprendizagem, sobretudo de enfoque comportamental. O desenvolvimento de novos métodos e técnicas de ensino baseados nos princípios de modificação de comportamento e controle de estímulos permitiu a aprendizagem e o desenvolvimento acadêmico desses sujeitos, até então alijados do processo educacional. (GLAT e FERNANDES, 2005, p. 37).

As políticas de educação inclusiva a educação por muitos anos configuraram-se como um sistema paralelo ao do ensino regular e destinando o atendimento, em espaços institucionais dos alunos com deficiência, revendo seu papel, vislumbrando outras abordagens que favoreciam a inclusão, do fazer pedagógico, buscando fazer

parceria das instituições regulares no trabalho para o desenvolvimento pedagógico desses alunos.

Tendo em mente que os processos de desenvolvimento e aprendizagem têm-se constituído como objeto de estudos de importantes teóricos há muitas décadas, procuraremos de forma breve discutir as concepções de desenvolvimento e aprendizagem dos sujeitos que possuem deficiência mental, a partir dos estudos de Piaget e Vygotsky, pois se acredita que os mesmos sobressaem-se como embasamento de tais práticas nos dias de hoje.

A aprendizagem do aluno com deficiência mental é comprometida, esses indivíduos falta à objetividade do pensamento o que conseqüentemente acarreta na incapacidade metacognitiva, ou seja, dificuldade para planejar e avaliar suas ações sobre o meio. Atualmente as discussões a cerca dos aspectos que constituem a educação no cenário da educação inclusiva fazem emergir outros olhares para a educação de alunos com deficiência. O movimento de educação para todos proposto pelo Governo Federal enfatiza as diferenças existentes nos espaços escolares, ressaltando a existência de modos individuais de aprendizagem e assim, convida-nos a repensar a atuação profissional, fazendo refletir acima de tudo sobre qual a melhor forma de desenvolver uma educação que ao mesmo tempo em que é para todos deve ser para cada um.

Os professores sejam eles da educação especial ou de classe comum, reconhecem a necessidade de discutir e refletir determinadas atitudes, ações, pensamentos e comportamentos que legitimam preconceitos ocorridos na escola, para que possam efetivamente contribuir no processo de inclusão de alunos com diferentes potencialidades. Ressalta-se ao estipular que o professor do ensino comum deva estar qualificado para atender as especificidades educacionais dos alunos, implicitamente estão sendo exigidas, desse professor, competências específicas que, muitas vezes, não foram contempladas no seu curso de formação. O reconhecimento dessa necessidade não torna o professor do ensino comum peregrino solitário na busca por caminhos de atualização, porém para avançar nesta discussão é imprescindível refletir sobre algumas das responsabilidades do professor de sala de recursos.

Consta no artigo 58º - § 1º, da LDB, Lei nº 9394/96, que haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular para atender às peculiaridades da clientela de educação especial. Considerando assim, ser de responsabilidade do professor da sala de recursos prestarem apoio especializado, a fim de garantir o atendimento às peculiaridades dos alunos com deficiências, porém é necessário focar que o apoio nem sempre deverá se restringir as quatro paredes da sala de recursos, como também, dependendo da sua função, ele nem mesmo se restringirá ao aluno.

### **1.3 Atendimento Educacional Especializado**

A inclusão escolar, se faz através das Políticas Públicas Educacionais diferenciadas, aonde todos são atendidos. Para o ANEEs não basta garantir vaga (acesso) é necessário assegurar a permanência e a garantia do ensino de qualidade.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva prevê que a Educação Especial deve oferecer o Atendimento Educacional Especializado às necessidades educacionais especiais dos alunos com: deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Para Brasil (2008),

O atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela (Brasil, 2008, p.15).

A orientação SD nº 01/2005 e a LDB 93/94/96 pressupõe que o AEE pode ser oferecido como forma de apoio e complementação e não substitutivo ao ensino comum. Conforme Brasília apud CNE/CEB 201,

O Atendimento Educacional Especializado nas Salas de Recursos Multifuncionais é definido como um serviço de natureza pedagógica, conduzida por um professor especializado, que suplementa (nos casos de estudantes com altas habilidades/superdotação) e complementa (os estudantes com deficiência e TGD) as orientações curriculares desenvolvidas em classes comuns em todas as etapas e modalidades da Educação Básica. (Brasília, 2010, p.76).

Para Batista (2009, p. 11) *“o AEE é o atendimento oferecido aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação, de forma complementar e/ou suplementar ao ensino regular, considerando as necessidades desses alunos”*. O professor do AEE, dependendo da necessidade do aluno, irá organizar atividades, recursos pedagógicos e de acessibilidade a fim de facilitar o processo de construção de aprendizagem do sujeito. É importante salientar, ainda, que as atividades oferecidas pelo AEE não se configura como reforço escolar, uma vez que se diferencia daquelas realizadas na sala de aula do ensino comum. O professor deverá de forma criativa e inovadora buscar atividades e recursos que estimulem o aprendizado do aluno naquelas áreas em que ele encontra maiores dificuldades.

O AEE na forma de complementação, complementa o trabalho pedagógico em competências e habilidades desenvolvido em diversos níveis do ensino e oferece os seguintes serviços:

- Sala de Recursos;
- Oficinas Pedagógicas de Formação e Capacitação Profissional.

O AEE na forma de apoio o acesso ao currículo, podendo ser realizado dentro ou fora da sala de aula no mesmo turno de escolarização do aluno, oferece os serviços abaixo:

- Itinerância;
- Interpretação de Libras;
- Instrução de Libras;
- Guia Intérprete;

- Professor de apoio.

Para melhor compreensão e conhecimento, segue abaixo algumas atividades e recursos que são utilizados no AEE, são eles:

- Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS: é uma língua visual-espacial articulada através das mãos, das expressões faciais e do corpo. É uma língua natural usada pela comunidade surda brasileira;

- Código Braille: código ou meio de leitura e escrita das pessoas cegas, baseia-se na combinação de 63 pontos que representam as letras do alfabeto, os números e outros símbolos gráficos;

- Comunicação aumentativo-alternativa: é um conjunto de procedimentos técnicos e metodológicos direcionado a pessoas acometidas por alguma doença, deficiência ou alguma outra situação momentânea que impede a comunicação com as demais pessoas por meio dos recursos usualmente utilizados, mais especificamente a fala. A comunicação aumentativo-alternativa não substitui a fala, mas contribui para que a comunicação ocorra;

- Ensino da língua portuguesa para surdos: a língua portuguesa (leitura e escrita) é a segunda língua para os surdos, sendo que a Língua Brasileira de Sinais é a primeira língua;

- Uso do sorobã: instrumento utilizado para trabalhar cálculos e operações matemáticas; espécie de ábaco que contém cinco contas em cada eixo e borracha compressora para deixar as contas fixas;

- Enriquecimento curricular;

- Produção e adaptação de materiais didáticos e pedagógicos;

- Atividades da vida autônoma.

Esses são alguns exemplos de atividades ou recursos que podem ser utilizados no AEE. O trabalho pedagógico dependerá da necessidade do aluno, o professor terá que pensar, caso a caso, qual a melhor forma de trabalhar com o aluno, quais os recursos a serem utilizados para que a construção de sua aprendizagem seja levada a termo. Isso se revelará na singularidade de cada

sujeito, no estilo cognitivo de cada aluno. A esse respeito, Alves (2006, p. 26) descreve que a “... sala de recursos como um espaço organizado com matérias didáticos, pedagógicos, equipamentos e profissionais com formação para o atendimento educacionais especializados”.

O aluno com deficiência intelectual deve ser estimulado a construir seu conteúdo mental, a partir da substituição dos objetos, das pessoas, das situações, dos eventos do mundo real. Essa capacidade de lidar com representações que substituem o próprio real é que vai possibilitar a esse sujeito libertar-se do espaço e do tempo presentes, fazer relações mentais na ausência das próprias coisas, imaginarem, fazer planos, ter intenções.

A organização do AEE para alunos com deficiência mental, tendo como ponto de partida as características de seu processo de apropriação do mundo, deve-se prever as seguintes atividades:

- Estimulem o desenvolvimento dos processos mentais: atenção, percepção, memória, raciocínio, imaginação, criatividade, linguagem, entre outros.
- Fortaleçam a autonomia dos alunos para decidir, opinar, escolher e tomar iniciativas, a partir de suas necessidades e motivações.
- Promova a saída de uma posição passiva e automatizada diante da aprendizagem para o acesso e apropriação ativa do próprio saber.
- Tenham como objetivo o engajamento do aluno em um processo particular de descoberta e o desenvolvimento de relacionamento recíproco entre a sua resposta e o desafio apresentado pelo professor
- Priorizem o desenvolvimento dos processos mentais dos alunos, oportunizando atividades que permitam a descoberta, inventividade e criatividade.
- Compreendam que a criança sem deficiência mental consegue espontaneamente retirar informações do objeto e construir conceitos, progressivamente. Já a criança com deficiência mental precisa exercitar sua atividade cognitiva, de modo que consiga o mesmo, ou uma aproximação do mesmo.

O AEE nas Salas de Recursos Multifuncionais é oferecido, o que não está descrito no Currículo de Base Nacional Comum está na Orientação Pedagógica do Ensino Especial do Distrito Federal (Brasília, 2010), possui objetivos, metas e procedimentos educacionais. O planejamento deverá ser individual de acordo com a deficiência do aluno, contemplando as verdadeiras necessidades educacionais do aluno, que devem estar fundamentadas nas avaliações pedagógicas.

O olhar para a inclusão escolar para os DIs entende-se que é preciso reavaliar a estrutura educacional e social e a revisão de concepções e práticas em relação às pessoas com deficiências, é necessário conhecer o sujeito de aprendizagem capaz de desenvolver processos mentais superiores as praticam desenvolvidas poderão incentivar o alcance consciente e voluntario de seus comportamentos do seu grupo.

### **1.3 Tecnologias Assistivas Para O Deficiente Intelectual**

A inclusão tem como princípio o reconhecimento e a valorização das diferenças, requerendo das escolas ambientes como condições da garantia do acesso, interação e autonomia, participação de todos. Aceitar as diferenças é fazer da escola um local sem exclusão, a Educação Especial passa ser uma complementação da formação do estudante especial, provido por meio do AEE, os recursos e serviços de acessibilidade para que os alunos tenha efetiva participação nas atividades escolares.

A Educação Brasileira tem investido, tecnicamente e financeiramente para a realização do AEE, por meio do espaço destinado a realização do AEE: as salas de recursos multifuncionais.

A TA é um arsenal de recursos e serviços, contribuem para ampliar e proporcionar as habilidades funcionais de pessoas com deficiência, com o objetivo de promover a vida independente e inclusão. A pessoa com deficiência, a tecnologia apresenta não apenas para facilitar, tornando possível a realização de uma ação desejada ou necessária. A TA traz possibilidades de mobilidade, controle do ambiente, acesso ao computador, comunicação e entre outras atividades.

Para Cook e Husser (1995, p. 37) “... *ampla gama de equipamentos, serviços, estratégias e práticas concebidas e aplicadas para melhorar os problemas funcionais...*”. A TA é um auxílio que promoverá a ampliação das habilidades deficitárias, que possibilitará a realização da função desejada por circunstância da deficiência ou do envelhecimento. A TA visa proporcionar o aluno a autonomia, independência funcional, qualidade de vida e inclusão.

Auxílios para a vida diária e vida prática é uma categoria da TA que se refere aos materiais e produtos que facilitam o desempenho funcional de pessoas com deficiência em tarefas da vida cotidiana, tais como: vestir-se, alimentar-se, cozinhar, tomar banho. São exemplos de materiais e produtos os talheres modificados, utensílios domésticos que favorecem o preparo do alimento, roupas desenhadas para facilitar o vestir e o despir, abotoadores, entre outros.

No contexto educacional, visando à inclusão dos alunos com deficiência, encontramos vários recursos que favorecem tarefas do cotidiano escolar como escrever, apagar, manejar cadernos e livros, pintar, recortar, colar. Além do material escolar acessível ou adequado a condição do aluno, podemos criar jogos e atividades pedagógicas acessíveis e que valorizam as habilidades dos alunos. São exemplos de materiais escolares os engrossadores de lápis e canetas, as tesouras acessíveis, letras imantadas ou emborrachadas para escrita do aluno com deficiência física, entre outros. Vários recursos podem ser feitos com material de baixo custo ou sucatas.

Na perspectiva da educação inclusiva, a escola comum deve ofertar os recursos e serviços da TA, por meio do AEE que é realizado na sala de recurso multifuncional. O professor que atua no AEE deve ter formação que o habilite para o desenvolvimento de TA, no espaço escolar. É ele que identifica as barreiras que o aluno com deficiência enfrenta no acesso e participação das atividades escolares e busca as alternativas em TA que eliminam ou minimizam essas barreiras. É também função do professor ensinar seu aluno a utilizar o recurso de forma a desenvolver uma competência operacional e autonomia.

De acordo com Brasil (1999),

Art. 19 Consideram-se, para efeitos deste Decreto, os elementos que permitam compensar uma ou mais limitações funcionais motoras,

sensoriais ou mentais da pessoa portadora de deficiência, como objetivo de permiti-lhe superar as barreiras da comunicação e da mobilidade e de possibilitar sua plena inclusão social. (BRASIL, Decreto nº 3298/99).

O recurso de TA acompanha os alunos em todos os ambientes que se fizerem necessários, cabe ao professor do AEE orientar as pessoas envolvidas com o aluno para que tenham conhecimento sobre a função do recurso. Desta forma, a TA transcende à atuação da saúde/reabilitação, inserindo-se apropriadamente no campo da educação. O professor do AEE deve trabalhar em uma perspectiva interdisciplinar, realizando interlocução com profissionais de outras áreas de forma a garantir o melhor recurso para o aluno com deficiência.

## **II OBJETIVOS**

### **2 Objetivo Geral**

Conhecer o AEE na perspectiva da concepção dos profissionais da educação como os professores regentes e a sala de recurso frente aos alunos com Deficiência Intelectual e bem como conhecer as tecnologias assistivas disponíveis para o trabalho com estes alunos.

#### **2.1 Objetivos Específicos**

- 1) Identificar dados históricos da Educação Inclusiva e da Integração.
- 2) Apresentar a concepção pedagógica dos professores regentes e da sala de recurso em relação à inclusão.
- 3) Mostrar as TAs (tecnologias assistivas) disponíveis para o DI na escola pesquisada.

### **III METODOLOGIA**

#### **3.1 Fundamentação Teórica da Metodologia**

A pesquisa surgiu da necessidade de entender o processo de inclusão de alunos DI no Ensino Regular. A partir da seguinte de, como os professores regentes consideram esses alunos e como é o trabalho dos mesmos com alunos com deficiência intelectual na inclusão. A Educação Especial tema em voga nos dias atuais, discussões referentes a Inclusão de Alunos com Necessidades Educativas Especiais (ANEE) seus direitos e garantias que esse público tem em relação ao acesso e permanência na Escola dos ANEEs.

Visando alcançar os objetivos, foi realizado, inicialmente, uma revisão bibliográfica da temática discutida no trabalho de conclusão de curso, que conseguiu subsídios teóricos para discussão da Inclusão e o AEE para os DI. Já para o questionário, utilizou a pesquisa qualitativa. Conforme explica Maciel (2010),

Os instrumentos qualitativos podem ser de expressão individual, oral e escrito, ou interativo. Portanto, dá à produção de conhecimento um caráter interpretativo-constutivo que enfatiza a necessidade que este tem que ser construído em relação ao com o que expressa o sujeito estudado. (MACIEL, 2010, p. 83).

O instrumento qualitativo revela a expressão do sujeito entrevistado, consequentemente adquirindo significação dos resultados, gerando sentidos que nunca o pesquisador havia pensado e inicia-se a reflexão da teoria.

O público alvo da pesquisa são os professores regentes da Escola de Ensino Médio da Rede Regular Público do Distrito Federal e os Professores da Sala de Recursos Multifuncionais. Na pesquisa não foi necessário realizarmos seleção por amostragem, sendo apenas facultativo que o professor respondesse a pesquisa.

Inicialmente, um termo de autorização foi enviado à Escola, pedindo autorização da Instituição para que se fosse realizado a pesquisa. Em seguida,

houve uma conversa com os professores regulares e da sala de recursos, apresentando a pesquisa, a importância da participação dos professores posteriormente a concepção dos participantes abre o AEE voltado para os DI e a assinatura do Termo de Consentimento.

Para a realização da pesquisa foram elaborados dois questionários um para os professores regentes que constam no Apêndice A e outro para os professores da sala de recursos, Apêndice B. Os dois questionários constam perguntas específicas referente a formação do professor e indagações desde cursos de aperfeiçoamento a conceitos do AEE e DI.

### **3.2 Contexto da Pesquisa**

A pesquisa foi realizada em uma Escola de Ensino Médio da Rede Regular de Ensino Pública do Distrito Federal, situada em uma Cidade Satélite, que fica aproximadamente a 35 km de Brasília, a Sul.

A Escola situa-se em uma Cidade Satélite de Brasília, uma Escola de grande porte, que atende 1628 alunos, nos turnos: diurno e noturno. A Escola é Inclusiva conta com 22 alunos incluídos, com deficiência intelectual, visual, auditiva, deficiências múltiplas, física e transtorno geral do desenvolvimento,. Todos os alunos são atendidos na sala de recurso multifuncional da instituição.

Os participantes dessa pesquisa foram os professores regentes e da sala de recursos. Escola tem um quadro 38 professores incluídos os professores da sala de recursos, apenas 11 participaram deste estudo.

### **3.3 Participantes**

Participaram da pesquisa dois professores das salas de recursos e nove professores regentes do Ensino Médio das seguintes disciplinas: Educação Física (01); Matemática (02); Português (02); Espanhol (01); Inglês (01) e Artes (01). O professor de Educação Física leciona no 1º ano; Matemática 1º ano; Espanhol 1º e 2º ano; Inglês 2º e 3º ano e Artes 1º ano.

Os participantes foram identificados pelo gênero M (Masculino) e F (Feminino), seguido da idade e na sequência a letra minúscula da disciplina ministrada. Exemplificando a participante F44i é do sexo feminino, possui 44 anos e leciona a disciplina de Inglês. O quadro 1 apresenta o perfil geral dos professores regentes.

**Quadro 1 - Características dos Professores Regentes**

Sujeito	Formação	Pós-Graduação	Cursos de Capacitação no EE	Alunos Com Deficiência	Experiência no Magistério com a Inclusão
F29m	Mat	Não	Não	TDAH	Um grande desafio, sendo que trabalha há 2 anos como professora.
M30ef	Ed. Fís	Sim	Não	DA, DV, DI, DF e DMu.	Trabalha há 7 anos como professor é destaca que sua experiência é produtiva.
F30p	Letras	Sim	Não	Nenhum	A professora não tem experiência com alunos na Inclusão.
M34p	Letras	Não	Não	Nenhum	Prazerosa mas precária.
F40i	Inglês	Não	Não	Nenhum	A entrevistada não citou sua experiência.

F40m	Mat	Sim	Não	DI	A entrevistada relatou que sua experiência com a inclusão é o mais natural possível.
M40p	Letras	Sim	Não	DV,DI	O entrevistado relatou que sua experiência vivenciada com a inclusão é natural.
F44a	Artes	Sim	Não	DI	A entrevistada atua como professora há 17 anos e relata sua experiência que é frustrante.
F44i	Inglês	Sim	Não	Nenhum	A entrevistada atua como professora há 18 anos e relata sua experiência que é boa.

Fonte: Questionários preenchidos pelos professores regentes em Dezembro de 2010.

Org.: Silva, Edivânia R.

Dos nove professores participantes desse estudo, seis são do sexo feminino três do sexo masculino, cinco encontra-se na faixa etária entre 40 a 44 anos e quatro entre 29 a 34 anos. Em relação a formação há predomínio da área de Códigos e Linguagens, sendo que seis possuem pós-graduação. Sendo questionados sobre cursos de extensão no Ensino Especial, apenas dois os entrevistados possuem, sendo que apenas um cursou na Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação (EAPE), o curso Avaliação Funcional. Dos participantes três não possuem alunos com necessidades educativas especiais e seis possuem alunos NEE em salas regulares, com diferentes deficiências.

**Quadro 2 - Características dos Participantes Professores da Sala de Recursos**

Sujeito	F32m	F57p
Formação	Matemática	Português
Pós-Graduação	Sim	Sim
Cursos de Capacitação no EE	Sim	Sim
Cursos de Capacitação no AEE	Sim	Não
Quantos anos você atua como professora na sala de recurso?	01 ano	03 anos
Experiência no Magistério com ANEE	A entrevistada está na SEDF há 12 anos e 01 ano na sala de recuso.	Trabalha há 09 anos e 10 meses como professor e destaca que atua na sala de recurso há 03 anos.

Fonte: Questionários preenchidos pelos professores regentes em Dezembro de 2010.

Org.: Silva, Edivânia R

A Identificação e análise das respostas dos professores da sala de recursos multifuncionais foi a mesma utilizada professores regentes. Participaram deste estudo dois professores do sexo feminino, com idade entre 32 a 57 anos. Em relação à formação uma com formação em Letras e a outra em Matemática.

Indagadas referente aos cursos de extensão em Ensino Especial e curso de AEE ambas possuem, destacando que uma realizou na EAPE. Atuando 01 na área de Código e linguagens e 01 em Exatas.

Como demonstra o Quadro 2, as duas professoras do sexo feminino, com idade de 32 e 57 anos. Em relação à formação uma é na área de Letras e a outra em Matemática. Indagadas referente aos cursos de extensão em Ensino Especial as confirmam sua participação em cursos específicos. No entanto, somente F32m realizou o curso de AEE na EAPE. Ao serem questionados sobre a experiência no magistério com ANEE, nota-se que F32m possui um ano na área, enquanto F57p já trabalha três anos na sala de recursos. Nota-se que do ponto de vista da experiência, ambos são novatos na área.

### **3.4 Materiais**

A pesquisa utilizou como materiais canetas, papel A4, lápis e cartucho para impressora. Os equipamentos restringiram-se ao computador e a impressora.

### **3.5 Instrumentos de Construção de Dados**

O Instrumento para coleta de dados, foi dois questionários com perguntas objetivas e subjetivas e que eles não demandassem muito tempo dos participantes, assim sendo, foram utilizados dois questionários um para os professores regentes e outro para os professores da sala de recursos. Ambos os instrumentos foram organizados em quatro categorias: identificação, experiência com ANEE, conceitos básicos, parcerias estabelecidas, cada categoria possui itens específicos, que pode ser encontradas nos Apêndices A e B.

### **3.6 Procedimentos de Construção de Dados**

A escolha da Escola surgiu devido, a pesquisadora estar trabalhando na mesma e o período para coleta de dados proposto pelo Curso, em meados do final do mês de Novembro, estava quase encerrando o ano letivo. Antes de tomar essa

deliberação do local, havia procurado uma Escola Classe, mas obtive como resposta que os professores estavam envolvidos em fechamento de notas e recuperação dos alunos e na sala de recurso os professores estavam finalizando avaliações para transferências daqueles alunos. Portanto, que não seria viável desenvolver esse estudo lá, por isso tomamos a liberdade com a direção da Escola em que era professora no sentido de ser autorizada a realizar a pesquisa no local.

Na Escola de Ensino Médio o diretor demonstrou apreço pela pesquisa e assinou o termo. As professoras da sala de recurso ficaram felizes por ajudar em uma pesquisa que futuramente poderá servir como subsídios para o redimensionamento do AEE. Alguns professores manifestaram o desejo de responder as indagações e outros não se manifestaram.

Durante a coordenação individual dos professores regentes foi realizada uma exposição do trabalho de pesquisa e da sua relação a conclusão do Curso de Especialização. Na seqüência, solicitamos a colaboração voluntária do professor em responder o instrumento de pesquisa. Dessa forma, pesquisadora distribuiu o questionário após a exposição dos objetivos dos mesmos. Alguns professores aceitaram participar e outros não. Após a distribuição a pesquisadora permaneceu na sala aguardando os questionários respondidos. Alguns participantes levaram de 30 a 40 minutos para responder o questionário, na seqüência entregaram para a pesquisadora. Outros ficaram de entregar outro dia. Ao todo foram distribuídos 25 questionários e recolhidos 11 questionários.

Alguns foram favoráveis e outros não concordaram, tendo sua posição respeitada.

A pesquisa teve a duração de 15 dias, os questionários foram entregue ao professor, alguns entregaram preenchido no mesmo dia, outros pediram tempo para responder. O momento também foi propício de desabafo de alguns professores, questionando e criticando a Inclusão a forma que esta sendo feita, e apenas os prejudicados são os alunos, outros indagavam o que era em si o AEE e a Deficiência Intelectual.

### **3.7 Procedimentos de Análise de Dados**

Os dados foram analisados a partir das perguntas subjetivas respondidas pelos participantes durante a coordenação individual. Assim sendo, para cada questão do questionário realizou o agrupamento de todas as respostas os Apêndices A e B as respostas estão separados. Na sequência, realizou a análise do conteúdo.

Os Apêndices A e B as respostas estão separados. Responderam ao questionário 11 professores da rede regular de Ensino do Distrito Federal. Há dinâmica utilizada foi por perguntas numeradas e o nome dos entrevistados serão preservados, como consta no tópico 3.3 sujeitos.

## IV RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados foram organizados em cinco categorias: deficiência intelectual, Atendimento Educacional Especializado, Tecnologia Assistiva, Experiência do professor na Inclusão e a Família.

As questões 4, 5, 6 e 10 referem-se a deficiência intelectual. A esse respeito, a questão 5 buscou conhecer o conceito de DI. Dos nove participantes seis restringiram o conceito as dificuldades de aprendizagem acadêmica escolar. A professora F29m evidenciou “déficit cognitivo”, enquanto M30ef apontou como “comprometimento na aquisição da aprendizagem” e F30p destacou as dificuldades de concentração dos alunos com DI. Verifica-se que o conceito do professor M30ef é mais abrangente e coerente com a definição da AAI, segundo qual a DI consiste em *“limitações significativas no funcionamento intelectual da pessoa e em seu comportamento adaptativo, habilidades práticas, sociais e conceituais, originando antes dos dezoito anos de idade.”*.

Ao serem questionados sobre a contribuição do AEE no processo de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos com DI, todos os professores participantes reconhecem a contribuição. Ressaltaram que esse atendimento está diretamente relacionado às necessidades individuais do aluno. Apenas a professora F44i salientou que o AEE contribui, mas está longe de existir em sua plenitude. Nota-se nas respostas dos participantes a coerência com a postura do MEC. Segundo Brasil (2008),

O atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela (BRASIL, 2008, p.15).

A questão número 10, foi destinada aos professores da sala de recursos. A mesma referiu-se a condição do DI, acompanhar o conteúdo da sala regular. As duas professoras da sala de recursos foram unâimes e afirmam que os alunos com DI não conseguem acompanhar o ritmo da sala regular. Necessita do AEE para conseguir aprender.

Para Brasília (2010),

A deficiência intelectual refere-se, portanto, a um estado particular de funcionamento intelectual iniciado na infância, apresenta características multimendisonal e é passível de responder positivamente aos apoios individualizados oferecido as pessoas. (BRASÍLIA, 2010, p.23).

As questões 4, 8, 9, 11 e 13 dizem a respeito da segunda categoria AEE. Ao serem questionados sobre a definição de AEE, questões 4 e 8, dos 9 participantes apenas sete responderam de forma pertinente. E geral, evidenciar o atendimento mais direcionado as necessidades específicas de cada aluno. Todos responderam que o mesmo se destina aos alunos com dificuldades aprendizagem. Assim os dados são coerentes como Alves (2006) descreve que a, *“... sala de recursos como um espaço organizado com matérias didáticos, pedagógicos, equipamentos e profissionais com formação para o atendimento educacionais especializados”*.

Ao serem questionados sobre as políticas públicas para AEE, as professoras da sala de recurso, responderam que as mesmas não acontecem na prática. Ressaltaram o preconceito existente e a resistência da comunidade escolar frente a inclusão. Segundo Carvalho (2009), *“devido ao tradicionalismo da maioria de nossas escolas, uma das questões problemáticas para muitos professores e como desenvolver prática pedagógica comum para todos, e ao mesmo tempo sensível a diversidade”*.

Quanto aos recursos utilizados pela sala de recurso, as duas professoras pontuaram o uso de computador e a realização de palestras e oficinas. As professoras não relataram os jogos, dvd,vídeo, tv, retroprojeter, data show e outros recursos. Conforme prevê Cook e Husser (1995) *“... ampla gama de equipamentos, serviços, estratégias e práticas concebidas e aplicadas para melhorar os problemas funcionais...”*.

A terceira categoria refere-se à presença ou ausência da TA na sala de recurso. A esse respeito, a F32m deixou a questão em branco e quanto a F57p, evidenciou que utiliza computador com tela de 32 para DV, banheiro adaptado para o DF, jogos pedagógicos em libras para o DA e jogos pedagógicos para o DI. Para Brasil (1999),

Art. 19 Consideram-se, para efeitos desde Decreto, os elementos que permitam compensar uma ou mais limitações funcionais motoras, sensoriais ou mentais da pessoa portadora de deficiência, como objetivo de permiti-lhe superar as barreiras da comunicação e da mobilidade e de possibilitar sua plena inclusão social (BRASIL, Decreto nº 3298/99).

Em relação as respostas dos nove professores regentes, sete disseram que não fazem uso de nenhum recuso de TA. E dois evidenciaram que utilizarem, guia de mãos (M30ef) e TV e som (F44a).

A experiência dos professores com a inclusão consiste na quarta categoria. Essa categoria vinculada as questões 1, 13, 14, 15, 18, 19 e 21. Dos nove professores regentes, dois deixaram a resposta em branco, F44a refere-se como frustrante e M34p, como prazerosa, mas precária. Os demais pontuaram como um desafio e natural. Conforme Carvalho (2004), *“a integração é os alunos que devem-se adaptar às exigências da escola, a inclusão a escola é que deve adaptar às necessidades dos alunos”*.

As professoras do AEE ao serem questionados se gostam do trabalho que realizam ambas destacaram que gostam. Porém gostariam que fossem diferente.

Quanto a relação a questão número 18, entre professor da sala de recurso e professor regente, as participantes F32m e F57p, apontaram a indiferença dos regentes e a relação ao AEE. Verifica uma incoerência entre a visão destes professores com a participação dos demais, conforme aspecto já abordado anteriormente. Portanto, isso reflete que a literatura salienta, Glat e Fernandes (2005),

Em sua progressiva afirmação prático-teórica, a Educação Especial absorveu os avanços da Pedagogia e da Psicologia da Aprendizagem, sobretudo de enfoque comportamental. O desenvolvimento de novos métodos e técnicas de ensino baseados nos princípios de modificação de comportamento e controle de estímulos permitiu a aprendizagem e o desenvolvimento acadêmico desses sujeitos, até então alijados do processo educacional. (GLAT e FERNANDES, 2005, p. 37).

Ao serem questionados sobre o tipo de apoio que recebem, os professores destacam que se propõe uma melhor interação de todos envolvidos. Em relação as sugestões das professoras da sala de recurso destacam, , em busca de obter um melhor resultado seria a formação continuada de todos os professores envolvidos na educação destes, políticas públicas que garantissem a continuidade nos estudos e não se encerrasse aos 21 anos como propõe o mesmo e também tecnologias assistivas disponíveis.

Verifica na fala das professoras uma tendência dos alunos serem tratados com diferenciação, dentro de um contexto marcado pela diversidade.

A quinta categoria refere-se as expectativas da família, sobre a inclusão. A esse respeito as professoras da sala de recurso evidenciaram que recebem apoio

emocional, uns apóiam, outros criticam e outros são indiferentes.

As professoras ao serem questionadas sobre o relacionamento com seus alunos, apenas uma destacou que é muito tranquilo.

## **V-CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Conclui-se que com esta pesquisa que o Atendimento Educacional Especializado é de suma importância para o aluno com deficiência independente de sua dificuldade de aprendizagem. O Atendimento Educacional Especializado auxilia na relação Ensino-Aprendizagem e propiciando uma atividade complementar/suplementar e não substitutiva ao Ensino Regular. O deficiente intelectual é o aluno que tem a idade mental inferior a idade cronológica, sendo necessário o atendimento para tentar estabilizar essa defasagem. A partir da pesquisa com os alunos da sala de recursos, pode-se notar que houve uma melhora na aprendizagem com esse atendimento, percebe-se que os professores de sala de aula não estão preparados para receber esse público, salas de aulas lotadas e a adequação curricular não é realizada com efetividade.

É necessário que os professores que atuam na sala de recursos se aperfeiçoem mais para intervir de maneira significativa e sempre estimule a potencialidade do aluno, nunca focando na patologia, conhecer significa ter subsídios para intervir de forma correta e colaborativa. Na pesquisa realizada percebeu-se que a Escola participante da pesquisa é uma Escola Inclusiva e dar subsídios para os professores se aperfeiçoarem, mas ainda sofre com os tabus dos mesmos. O aluno com deficiente intelectual necessita de uma educação mais assistiva e monitorada para que aconteça com efetividade a aprendizagem.

O que se propõe, em busca de obter um melhor resultado seria a formação continuada de todos os professores envolvidos na educação destes, políticas públicas que garantissem a continuidade nos estudos e não se encerrasse aos 21 anos como propõe o mesmo e também tecnologias assistivas disponíveis.

Concordo com Carvalho (2009), no que tange o trabalho pedagógico, devido ao tradicionalismo da maioria de nossas escolas, uma das questões problemáticas para muitos professores e como desenvolver prática pedagógica comum para todos, e ao mesmo tempo sensível à diversidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, D. de O., GOTTI, M. de O., GRIBOSKI, C. M. e DUTRA, C. P. **Sala de Recursos multifuncionais: espaços para atendimento educacional especializado**. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

ARANHA, M. S. F., **Projeto Escola Viva: garantindo o acesso e permanência em todos os alunos na escola: necessidades educacionais especiais dos alunos**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005.

BATISTA, C. A. M.. **Educação Inclusiva; atendimento educacional especializado para a deficiência mental**. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – Lei n.º 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, 23 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais Adaptações Curriculares**. Estratégias para a Educação de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais. Brasília, MEC/SEESP, 1999.

BRASÍLIA. **Orientação Pedagógica**. Brasília: 2010.

CARVALHO, E. R.. **Educação Inclusiva: Com os Pingos nos Is**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

COOK, A. e HUSSEY, S.. **Assistive Technologies: Principles and Practice**, Mosby - Year Book. USA Missouri, 1995

GLAT, R.; FERNANDES, E. M.. **Da educação segregada à educação inclusiva: uma reflexão sobre os paradigmas atuais no contexto da educação especial brasileira. Inclusão – Revista da Educação Especial**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005. p. 35 – 39.

KANNER, L. **A history of the care and study of the mentally retarded**. Springfield, Illinois: Charles C. Thomas Publisher, 1964.

PAULON, S. M.; FREITAS Lia Beatriz de Lucca; PINHO, Gerson Smiech. **Documento Subsidiário à política de inclusão**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005.

PESSOTI, T. **Deficiência Mental; da superstição à ciência**. São Paulo: ED. D Universidade de São Paulo, 1984.

RECHIO, C. F. e F., V. G. F.. **A educação e a inclusão na contemporaneidade**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2008.

SILVA, O. M. **A Epopéia Ignorada: a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje**. São Paulo: Cedes, 1987.

<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=75529> hora: 15:33 no dia 30 de Janeiro de 2011, Lei nº **LEI N. 4.024, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1961**

## APÊNDICES

### APÊNDICE A



Universidade de Brasília  
Universidade Aberta do Brasil



O presente instrumento visa conhecer o Atendimento Educacional Especializado para os alunos Deficientes Intelectuais das classes comuns do Ensino Médio. Esse trabalho tem por objetivo analisar o AEE, o público alvo, e outros fatores pertinentes para futura divulgação, sendo que o mesmo contribuirá para o desenvolvimento deste atendimento.

Os dados não serão, em hipótese alguma, expostos para outros fins, será preservada a identidade dos participantes (alunos, professores).

Essa pesquisa destina a obtenção de subsídios necessários à construção de um trabalho no formato de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista pela UaB/UnB no Curso de Especialização, Educação, Desenvolvimento Humano e Inclusão. Desde já agradeço sua colaboração.

Atenciosamente,

Edivânia Rodrigues Silva

#### **INSTRUMENTO PARA PROFESSOR REGENTE:**

##### **identificação**

IDADE: \_\_\_\_\_

SEXO: \_\_\_\_\_

FORMAÇÃO: \_\_\_\_\_

POS-GRADUAÇÃO: \_\_\_\_\_

CURSOS DE CAPACITAÇÃO NA AREA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL?

NÃO( );

SIM ( )

Se sim, quais já cursou? \_\_\_\_\_

Onde realizou estes cursos?

EAPE ( )

Outro espaço? \_\_\_\_\_

- Disciplina: \_\_\_\_\_

### **Experiência com ANEE**

Possui aluno com deficiência matriculado na sua disciplina?

Não ( )

Se sim, quantos? Você se lembra do nome deles? \_\_\_\_\_

Idade? \_\_\_\_\_

Deficiência que possuem? \_\_\_\_\_

Características dos trabalhos que eles realizam? \_\_\_\_\_

- Quantos anos trabalha como professor (a): \_\_\_\_\_

- Quantos anos possui alunos com deficiência em sua sala de aula? \_\_\_\_\_

Como você vivencia esta experiência? \_\_\_\_\_

### **Conceitos Básicos na Área**

- Para você o que é Atendimento Educacional Especializado?

---

---

---

---

---

- O que você entende por Deficiência Intelectual?

---

---

---

---

- Você acha que o Atendimento Educacional Especializado contribui para A APRENDIZAGEM E O DESENVOLVIMENTO educacional DO aluno com Deficiência Intelectual?

---

---

---

---

Você Sabe o que é Tecnologias Assistivas?

Se sim, - Você utiliza tecnologias assistivas em sua aula, para melhor compreensão do aluno com deficiência?

( ) Não

( ) Sim.

Quais: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_.

## APÊNDICE B



Universidade de Brasília  
Universidade Aberta do Brasil



O presente instrumento visa conhecer o Atendimento Educacional Especializado para os alunos Deficientes Intelectuais das classes comuns do Ensino Médio. Esse trabalho tem por objetivo analisar o AEE, o público alvo, e outros fatores pertinentes para futura divulgação, sendo que o mesmo contribuirá para o desenvolvimento deste atendimento.

Os dados não serão, em hipótese alguma, expostos para outros fins, será preservada a identidade dos participantes (alunos, professores).

Essa pesquisa destina a obtenção de subsídios necessários à construção de um trabalho no formato de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista pela UaB/UnB no Curso de Especialização, Educação, Desenvolvimento Humano e Inclusão. Desde já agradeço sua colaboração.

Atenciosamente,

Edivânia Rodrigues Silva

### **INSTRUMENTO PARA O PROFESSOR DA SALA DE RECURSOS**

#### **Identificação**

**IDADE:**

**SEXO:**

**FORMAÇÃO:**

**POS-GRADUAÇÃO:**

**TEMPO DE SEDF:**

**TEMPO DE TRABALHO NA ESCOLA PARTICIPANTE:**

**POSSUI CURSOS DE CAPACITAÇÃO NA ÁREA? SE SIM, QUAIS? ONDE REALIZOU?** \_\_\_\_\_

- Quantos anos, você atua como Professor (a) da sala de recurso: \_\_\_\_\_ anos.

- Tem cursos na área do AEE:

( ) Não

( ) Sim, quais: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

- O que é Atendimento Educacional Especializado?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_.

- Em sua opinião, de acordo com as políticas públicas o AEE acontece com efetividade? JUSTIFIQUE:

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_.

- Os alunos com Deficiência Intelectual conseguem acompanhar o conteúdo ministrado pelos professores regentes?

( ) Sim.

( ) Não.

Se não, o que é realizado para viabilizar este acesso? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Que tipo de apoio, de recursos especializados são utilizados?

---

Você conhece as tecnologias assistivas para o aluno com deficiência intelectual?

( ) Sim

( ) Não

A Escola possui algum recurso de Tecnologia Assistiva?

( ) Sim

( ) Não

- Vocês dispõem de Tecnologias Assistivas nas Salas de Recursos:

( ) Não.

( ) Sim. Quais: \_\_\_\_\_

---



---

- Em sua opinião qual a importância do AEE para os Deficientes Intelectuais?

---



---



---



---

Você gosta do trabalho que realiza? \_\_\_\_\_

---

### **Parcerias Estabelecidas**

Você gostaria que este trabalho fosse diferente?

---



---



---

Como é o seu relacionamento com a família do aluno com deficiência intelectual?

---

---

---

Você conhece as expectativas da família em relação ao processo de escolarização de seu filho?

---

---

---

Na sua opinião, como é o relacionamento entre professor regente e o professor da sala de recursos?

---

---

---

Que tipo de apoio você recebe da família, da direção, da equipe de professores e profissionais da SEDF?

---

---

---

Que sugestões você daria para melhorar o processo de inclusão dos alunos com deficiência intelectual na rede?

---

---

---

Se você pudesse escolher trabalhar em outra profissão, qual seria?

---

---

---

## APÊNDICE C

As respostas dos professores foram lidas e transcritas fielmente, destacando as idéias principalmente. Para Kipnis e Ana Cristina de David (2005), a parte em que se apresentam os resultados é a mais importante do relatório de pesquisa, detalha os questionamentos realizados e sua contribuição para o conhecimento.

Iniciaremos a transcrição dos dados com a metodologia aplicada no capítulo 2, com o professor regente (Apêndice A), as respostas serão aninhadas por questões. As indagações foram enumeradas

- Questão 1: Como você vivência esta experiência?
- Questão 2: Para você o que é Atendimento Educacional Especializado?
- Questão 3: O que você entende por Deficiência Intelectual?

- Questão 4: Você acha que o Atendimento Educacional Especializado contribui para a APRENDIZAGEM E O DESENVOLVIMENTO educacional do aluno com Deficiência Intelectual?

- Questão 5: Você sabe o que é Tecnologias Assistivas? Se sim, você utiliza tecnologias assistivas em sua aula, para melhor compreensão do aluno com deficiência?

Quadro 3- Questão 1: Como você vivência esta experiência?
---

Sujeito	Respostas
F29m	Com um grande desafio.
M30ef	De forma produtiva.
F30p	O professor não relatou.
M34p	Prazerosa mas precária.

F40i	O professor não relatou
F40m	O mais natural possível
M40p	Com naturalidade.
F44a	Frustrante
F44i	Bem.

Quadro 4- Para você o que é Atendimento Educacional Especializado?
--

Sujeito	Respostas
F29m	Serial o qual possibilitasse o aluno a aprendizado dentro de sua capacidade e mobilidade.
M30ef	É um atendimento educacional direcionado às necessidades particulares de cada aluno.
F30p	O professor que oriente o aluno com deficiência em cada modalidade.
M34p	Pessoas desde professores a diretores com cursos na área para saber lidar com os alunos deficientes.
F40i	Atendimento ao aluno que tem algum tipo de deficiência.

Quadro 5- O que você entende por Deficiência Intelectual?
---

Sujeito	Respostas
F29m	Entendo que seria um déficit cognitivo.
M30ef	Comprometimento das funções intelectuais que interferem nas atividades da vida diária.
F30p	Alunos com problemas sérios de concentração de trabalhar com as informações coletadas.

M34p	Deficiência que dificulta o entendimento da parte conteudista das disciplinas.
F40i	Um comprometimento na aquisição da aprendizagem.
F40m	Dificuldades de relacionamento social.
M40p	É uma dificuldade de aprendizado.
F44a	Dificuldade de Aprendizagem.
F44i	Aquilo que de alguma forma não lhe permite assimilar normalmente o conhecimento.

<p>Quadro 6- Você acha que o Atendimento Educacional Especializado contribui para a APRENDIZAGEM E O DESENVOLVIMENTO educacional do aluno com Deficiência Intelectual?</p>
--

Sujeito	Respostas
F29m	Sim, porque quando voltado para a característica que o aluno tem o déficit, ele contribui com que ele aprenda dentro de suas capacidades.
M30ef	Sim, pois as atividades são direcionadas às necessidades individuais de cada um.
F30p	Sim.
M34p	Sim.
F40i	Sim. Através deste atendimento o aluno terá a oportunidade de reforçar o conteúdo aplicado em sala de aula.
F40m	Com certeza, pois ajudam no desenvolvimento do aluno, com apoio e atenção adequada.

M40p	Com certeza, pois ajudam no desenvolvimento do aluno, com apoio e atenção adequada.
F44a	Sim.
F44i	Sim. Pena que está muito longe de existir.

Quadro 7- Você sabe o que é Tecnologias Assistivas? Se sim, você utiliza tecnologias assistivas em sua aula, para melhor compreensão do aluno com deficiência?

Sujeito	Respostas
F29m	Não.
M30ef	Sim. Guias de Mão para corrida de Atletismo com os deficientes visuais.
F30p	Não.
M34p	Não
F40i	Não.
F40m	Não.
M40p	Não
F44a	Sim. TV e Som.
F44i	Não.

Analisando o Apêndice B, será repassado os dados referente ao questionário respondidos pelos professores da sala de recursos. Será utilizada a metodologia, de sexo, idade e área de conhecimento e para facilitar à interpretação dos dados as indagações serão numeradas abaixo:

- Questão 1: O que é Atendimento Educacional Especializado?
- Questão 2: Em sua opinião, de acordo com as políticas públicas o AEE acontece com efetividade.
- Questão 3: Os alunos com Deficiência Intelectual conseguem acompanhar o conteúdo ministrado pelos professores regentes. Se não, o que realizado para viabilizar este acesso?
- Questão 4: Que tipo de apoio, de recursos especializado são utilizados?
- Questão 5: Vocês dispõem de Tecnologias Assistivas nas Sala de Recursos? Se sim, quais?
- Questão 6: Em sua opinião qual a importância do AEE para os Deficientes Intelectuais?
- Questão 7: Você gosta do trabalho que realiza?
- Questão 8: Você gostaria que este trabalho fosse diferente?
- Questão 9: Como é o seu relacionamento com a família do aluno com deficiência intelectual?
- Questão 10: Você conhece as expectativas da família em relação ao processo de escolarização de seu filho?
- Questão 11: Na sua opinião, como é o relacionamento entre professor regente e o professor da sala de recursos?
- Questão 12: Que tipo de apoio você recebe da família, da direção, da equipe de professores e profissionais da SEDF?
- Questão 13: Você conhece as expectativas da família em relação ao processo de escolarização de seu filho?

- Questão 14: Que sugestões você daria para melhorar o processo de inclusão dos alunos com deficiência intelectual na rede?

- Questão 15: Se você pudesse escolher trabalhar em outra profissão, qual seria?

<p>Quadro 8- O que é Atendimento Educacional Especializado?</p>
---

Sujeito	Respostas
F32m	E o atendimento diferenciado aos alunos com deficiências oferecidos nas salas de recursos.
F57p	É o atendimento oferecido aos alunos com deficiência, visando a complementação da sua formação, mas não substituindo o ensino regular.

<p>Quadro 9- Em sua opinião, de acordo com as políticas públicas o AEE acontece com efetividade.</p>
--

Sujeito	Respostas
F32m	Não. Existe muitas resistências por parte dos professores e até mesmo de pais que possuem preconceitos.
F57p	Não. Infelizmente estes alunos chegam ao colégio e nada é feito por eles, não há um preparo e muito menos preocupação em tornar sua vida melhor.

Quadro 10- Os alunos com Deficiência Intelectual conseguem acompanhar o conteúdo ministrado pelos professores regentes. Se não, o que realizado para viabilizar este acesso?

Sujeito	Respostas
F32m	Não. Acompanhamento na sala de recursos.
F57p	Não. Ter sempre o acompanhamento na sala de recursos.

Quadro 11- Que tipo de apoio, de recursos especializado são utilizados?

Sujeito	Respostas
F32m	Oficinas, palestras, computadores e orientação.
F57p	Sala de recursos com oficinas, computadores e orientação.

Quadro 12- Vocês dispõem de Tecnologias Assistivas na Sala de Recursos? Se sim, quais?

Sujeito	Respostas
F32m	Não houve relato.
F57p	Computador com tela de 32 para DV, banheiro adaptado para o DF, jogos pedagógicos em libras para o DA e jogos pedagógicos para o DI.

<p>Quadro 13- Em sua opinião qual a importância do AEE para os Deficientes Intelectuais?</p>
--

Sujeito	Respostas
F32m	É a inclusão desses alunos na sociedade.
F57p	Ter beneficiado o aluno do AEE através das adequações curriculares, dos estudos de caso, da estratégia de matrícula, nas escolas ainda há muito o que aprender, e a inclusão dos alunos perante a sociedade.

<p>Quadro 14- Você gosta do trabalho que realiza?</p>
---

Sujeito	Respostas
F32m	Adoro.
F57p	Sim. Que realmente acontecesse a Inclusão que as escolas estivessem bem mais preparadas para abraçar a inclusão.

<p>Quadro 15- Você gostaria que este trabalho fosse diferente?</p>
--

Sujeito	Respostas
F32m	Sim, gostaria que a escola de um modo geral valorizasse-se e apóia-se o nosso trabalho.
F57p	Sim. Que realmente acontecesse a Inclusão, que as escolas estivessem bem mais preparadas para abraças a inclusão.

<p>Quadro 16- Como é o seu relacionamento com a família do aluno com deficiência intelectual?</p>
---

Sujeito	Respostas
F32m	Muito tranquilo.

<p>Quadro 17- Você conhece as expectativas da família em relação ao processo de escolarização de seu filho?</p>
---

Sujeito	Respostas
F32m	Sim, todos os pais gostariam que seus filhos fossem aceitos com um ser que possui sentimento.
F57p	Sim, porque a família de nossos alunos sempre nos procuram ansiosos quanto ao progresso estudantil do filho.

Quadro 18- Na sua opinião, como é o relacionamento entre professor regente e o professor da sala de recursos?

Sujeito	Respostas
F32m	Existe muita indiferença, alguns acham que a sala de recursos uma perda de tempo.
F57p	Por alguns, não é muito bom, existe muita indiferença, bem parecido com esta frase; “ Toma e cuida deste filho que é seu”.

<p>Quadro 19- Que tipo de apoio você recebe da família, da direção, da equipe de professores e profissionais da SEDF?</p>
---

Sujeito	Respostas
---------	-----------

F32m	Apoio emocional, uns apóiam, outros criticam e outros são indiferentes.
F57p	Da família, desses alunos, só o apoio, da direção na medida do possível, procura sempre nos ajudar e a equipe de professores, caso os procuram e o NMP orientações..

<p>Quadro 20- Você conhece as expectativas da família em relação ao processo de escolarização de seu filho?</p>
---

Sujeito	Respostas
F32m	Mais apoio e compreensão pra com esses alunos.
F57p	Um olhar mais diferenciado, procurar melhorar a vidas desses alunos por meio de uma adequação voltada para suas necessidades educacionais.

<p>Quadro 21- Que sugestões você daria para melhorar o processo de inclusão dos alunos com deficiência intelectual na rede?</p>
---

Sujeito	Respostas
F32m	Mais apoio e compreensão pra com esses alunos.
F57p	Um olhar mais diferenciado, procurar melhorar a vidas desses alunos por meio de uma adequação voltada para suas necessidades educacionais.

<p>Quadro 22- Se você pudesse escolher trabalhar em outra profissão, qual seria?</p>
--

Sujeito	Respostas
F32m	Assistência Social

F57p

Teria que ser uma profissão voltada para a luta dos Direitos daquelas pessoas que não tem onde buscar, talvez Assistente Social.

## ANEXOS



Universidade de Brasília – UnB  
Instituto de Psicologia – IP  
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED  
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PG-PDS  
Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar



A(o) Diretor(a)

Centro de Ensino Médio 404 de Santa Maria

De: Profa. Dra. Diva Albuquerque Maciel Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

**Assunto: Coleta de Dados para Monografia**

Senhor (a), Diretor (a),

A Universidade Aberta do Brasil - Universidade de Brasília está em processo de realização da 1ª oferta do curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar.

Finalizamos agora a 1ª fase do curso e estamos iniciando a Orientação de Monografia.

É requisito parcial para a conclusão do curso, a realização de um estudo empírico sobre tema acerca da inclusão no contexto escolar, cujas estratégias metodológicas podem envolver: entrevista com colegas, pais ou outros participantes; observação; e análise documental.

A realização desses trabalhos tem como objetivo a formação continuada dos professores/servidores, subsidiando-os no desenvolvimento de uma prática pedagógica refletida e transformadora, tendo como consequência uma educação inclusiva.

O trabalho será realizado pelo Professora/cursista Edivânia Rodrigues Silva sob orientação da Dra. Fátima Abdel Cader Nascimento UAB – UnB, cujo tema é: Atendimento Educacional Especializado para os Portadores de Deficiência Intelectual, solicitamos autorização para que o mesmo possa ser desenvolvido na escola sob sua direção.

Desde já agradeço, colocando-me a disposição de Vossa Senhoria para maiores esclarecimentos por meio dos e-mails: divamaciel52@gmail.com

Atenciosamente,

**Diva Albuquerque Maciel**

Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar



Universidade de Brasília – UnB  
Instituto de Psicologia – IP  
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED  
Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Esc



---

## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhores Professores,

Sou orientanda do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil-Universidade de Brasília (UAB-UNB) e estou realizando um estudo sobre O Atendimento Educacional Especializado para os Deficientes Intelectuais. Este estudo poderá fornecer às instituições de ensino subsídios para o planejamento de atividades com vistas à promoção de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento dos alunos em contextos inclusivos e, ainda, favorecer o processo de formação continuada dos professores nesse contexto de ensino.

Constam da pesquisa gravações em áudio e entrevistas com professores e alunos. Para isso, solicito sua autorização para participação no estudo.

Esclareço que a participação no estudo é voluntária. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo a você. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o (a) senhor (a) poderá me contatar pelo telefone ou no endereço eletrônico. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente,

Orientadora: Dra. Fátima Abdel Cader Nascimento .UAB – UnB

---

Concorda em participar do estudo? ( ) Sim ( ) Não

Nome: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

E-mail (opcional): \_\_\_\_\_